

OFÍCIO CONASS Nº 070/2021

Brasília, 02 de março de 2021.

Ao Senhor

REGINALDO RAMOS MACHADO

Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa

Secretaria Executiva

Ministério da Saúde

Assunto: Transferência Interestadual de Pacientes de COVID-19.

Senhor Diretor,

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) vem pelo presente apresentar resposta ao solicitado por meio e-mail enviado pelo DGIP à Secretaria Executiva do Conass, aos 24 de fevereiro de 2021, para tratar acerca de TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE DOENTES DE COVID-19, na medida em que apresenta:

1. O referido e-mail solicita informações quantitativas acerca dos estados entre os quais houve o trânsito de pacientes, divididos entre origem e destino, bem como solicita informações quantitativas acerca dos pacientes transferidos entre estados, divididos entre origem e destino.

2. Acerca dos quesitos anteriormente apresentados é de se registrar que não é da competência legal do Conass a execução de tais controles. Compreende que os mesmos devem ter sido executados pelas respectivas secretarias de saúde (estaduais e/ou municipais) que tenham transferido ou recebido pacientes, além dos registros próprios nas fichas médicas individuais e dos transportes utilizados.

3. Sobre a atuação do Conass no 'processo' de transferência de pacientes e indicação dos agentes envolvidos, tem a esclarecer que: (i) na formulação e operacionalização das políticas públicas de saúde, o SUS utiliza-se de modelo de governança expresso na Lei n. 8.080/90, cujas deliberações se dão em âmbito nacional, pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT); em âmbito estadual, pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB); e, em âmbito regional, pela Comissão Intergestores Regional (CIR), estabelecida pelo Decreto n. 7.508/2011.

4. Nesses foros de pactuação entre gestores do SUS, a representação dá-se: União (Ministério da Saúde); Estados e DF (Conass – pelo conjunto de Secretarias Estaduais de Saúde) e Municípios (Conasems – pelo conjunto de Secretarias Municipais de Saúde), a fim de conferir exequibilidade ao disposto pela lei. A formação dessas comissões intergestores conta com as entidades representativas dos entes federados, enquanto gestores no SUS – conforme previsto na lei orgânica da saúde. Determinação legal semelhante está presente na lei da participação social da política de saúde.

5. Portanto, conforme se extrai da letra da lei, o Conass é entidade representativa do ente estadual na gestão do SUS, que refere vinte e seis estados da federação brasileira e o Distrito Federal, a quem cabe representar seus interesses em seu aspecto coletivo, em foros legalmente instituídos, que visam decidir sobre: aspectos da gestão compartilhada, a definição de diretrizes sobre a organização das redes de atenção e a fixação de diretrizes sobre as regiões de saúde. E para fazer jus ao ditame legal, a missão do Conass é: "Articular, representar e

apoiar as Secretarias Estaduais de Saúde, no âmbito do SUS, promover a disseminação da informação, produção e difusão do conhecimento, inovação e incentivo à troca de experiências”.

6. No caso específico da transferência interestadual de pacientes em decorrência da COVID-19, a colaboração do Conass centrou-se em possibilitar o diálogo entre secretarias de saúde, a partir de seus titulares e equipes técnicas, com vistas a identificar a capacidade de recepção de pacientes necessitados de assistência hospitalar, sendo que a efetivação das transferências de pacientes deu-se a partir de avaliação clínica, considerada a disponibilidade de transporte sanitário e a disponibilidade de leitos sob gerência federal, estadual, distrital e municipal.

7. É nessa seara que se pode mencionar, como exemplo, os casos da transferência de pacientes do município de Manaus e do estado de Rondônia. A atuação conjunta entre a gestão federal, estadual e municipal é que possibilitou a remoção desses pacientes acometidos pela Covid-19, entre localidades em que havia se exaurido a disponibilidade de leitos para aquelas com possibilidade de assistência. Os fundamentos do SUS põem luzes na solidariedade e na cooperação entre entes, tanto para a gestão quanto para o financiamento, e a pandemia da Covid-19 ressaltou as iniquidades estruturais incontestes entre os territórios nacionais e somente a atuação conjunta é que possibilitou, nos casos mencionados, o salvamento de vidas e a ajuda humanitária.

8. Na expectativa de ter colaborado com o relatório do Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE) e do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) sobre as referidas transferências, indica que permanece à disposição.

Atenciosamente,

JURANDI FRUTUOSO SILVA

Secretário Executivo